



ATA Nº 7/2013

DA 1ª REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE SETEMBRO DE 2013
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS,
REALIZADA A 9 DE SETEMBRO DE 2013

-----No dia 9 de setembro de 2013, no Salão Nobre do Edifício dos Antigos Paços do Concelho de Lagos, reuniram-se em Sessão Ordinária de setembro, convocada ao abrigo do nº 1 do Artigo 49º da Lei nºs 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pelas Leis nº 5-A/2002, de 11 de janeiro e 67/2007, de 31 de dezembro, das alíneas a), q), u) e v) do nº 2 do Artigo 19º, do nº 1 do Artigo 23º, do nº 3 do Artigo 26º e nº 2 do Artigo 29º, todos do respetivo Regimento, os Deputados da Assembleia Municipal de Lagos, com a seguinte **ORDEM DO DIA**:

- PONTO 1 - *Apreciação e votação da proposta do Plano de Pormenor de Almádena;*
- PONTO 2 - *Apreciação e votação da proposta de alteração dos artigos 4º, 6º e 8º do Regulamento Municipal das Compensações Devidas pela Perequação Compensatória e Fundo de Compensação do Plano de Urbanização da Meia Praia;*
- PONTO 3 - *Apreciação e votação da proposta do Plano de Pormenor para a UOPG 13 do Plano de Urbanização da Meia Praia;*
- PONTO 4 - *Apreciação e votação da proposta de abertura de procedimento concursal para constituição de relação jurídica de emprego por tempo indeterminado na carreira e categoria de Assistente Operacional (Telefonista);*
- PONTO 5 - *Apreciação e votação da proposta de retificação do processo de transmissão à Futurlagos – Empresa Municipal para o Desenvolvimento, E. M., S. A, do Direito de Superfície para Construção, Conservação/Manutenção do Parque de Estacionamento do Parque da Cidade;*
- PONTO 6 - *Apreciação do Parecer do Conselho Municipal de Segurança de Lagos;*
- PONTO 7 - *Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município;*
- PONTO 8 - *Empresas Municipais: prestação de contas - deliberação nº 54/AM/2013.*

-----**ABERTURA DA SESSÃO:** Tendo sido constituída a Mesa com todos os seus Membros presentes, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), verificada a existência de quórum, deu início à presente Sessão, quando eram 20 horas e 56 minutos, verificando-se as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO(A) DEPUTADO(A) MUNICIPAL
PS	António Lourenço do Rosário Barroso



Fl. 63v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

PS	Ana Cristina da Conceição Pereira Olivença (2ª Secretária)
PS	Carlos Alberto Martins Ribeiro
PS	Eduardo Manuel de Sousa Andrade (1º Secretário)
PS	Gonçalo Alexandre da Palma Marreiros
PS	João Henrique Pereira
PS	João Luís da Silva Gomes (Presidente da Junta de Freguesia de Bensafrim)
PS	Manuel António Campôa dos Santos (Tesoureiro da Junta de Freguesia de S. Sebastião)
PS	Márcio Filipe dos Santos Viegas
PS	Maria Fernanda Pires Miranda de Carvalho Afonso
PS	Maria Paula Dias da Silva Couto
PS	Paulo Jorge Correia dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria)
PS	Paulo José Dias Morgado (Presidente)
PS	Pedro Manuel Santa Rita Figueiredo Magalhães (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)
PS	Sara Maria Horta Nogueira Coelho
PSD	Fernando Manuel Cristino Marreiro
PSD	Isabel Maria da Silva Matos Azevedo
PSD	João António do Rio Rosa Bravo
PSD	Nuno Filipe Carreiro Ferreira Serafim
PSD	José Valentim Rosado
CDS	Maria Filomena Vieira de Jesus Sena da Cunha Lima
CDU	José Manuel da Glória Freire de Oliveira
BE	Manuela José Goes Ferreira da Silva

-----**ENTRARAM JÁ NO DECURSO DA REUNIÃO**, no momento indicado nesta Ata, os seguintes Deputados Municipais:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO DEPUTADO MUNICIPAL
PS	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato
PS	José de Jesus Figueiras Gomes (Presidente da Junta de Freguesia de Barão de S. João)
PS	Luís Alberto Bandarra dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)



-----**SUSPENSÃO DO MANDATO – REGRESSO ANTECIPADO:** o Sr. Carlos Ribeiro (PS), havia solicitado a suspensão do seu Mandato até ao final do presente mandato autárquico, deliberação 22/AM/2013, de 29/04/2013. Ao abrigo do nº 8 do artº 9º do Regimento da Assembleia Municipal, comunicou, no dia 19/08/2013, o seu regresso antecipado, pelo que se encontra em efetividade de funções desde essa data.-----

-----**SUBSTITUIÇÃO DE DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO DEPUTADO MUNICIPAL	PERÍODO SUBSTITUIÇÃO	SUBSTITUTO
PS	Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira	Sessão Ordinária setembro/2013	Gonçalo Alexandre da Palma Marreiros
PSD	Eurico José dos Reis Correia	Sessão Ordinária setembro/2013	Rui Filipe Machado de Araújo
PSD	Rui Filipe Machado de Araújo	1 dia	Fernando Manuel Cristino Marreiro
PS	Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo	1 dia	Maria Teresa Andrêz Gonçalves
PS	Maria Teresa Andrêz Gonçalves	1 dia	António Lourenço do Rosário Barroso

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO DEPUTADO MUNICIPAL	SITUAÇÃO
PS	Joaquim Pedro Martins Parreira Cruz (Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião)	Solicitou substituição para esta Sessão, ao abrigo da alínea c) do nº 1 do artigo 38º da Lei nº 169/99, de 18/09, alterada pelas Leis nºs 5-A/2002, de 11 de janeiro e 67/2007, de 31 de dezembro.
PS	Manuel António Campôa dos Santos (Tesoureiro da Junta de Freguesia de S. Sebastião)	Substitui o Sr. Joaquim Pedro Cruz (Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião).

-----**FALTOU A ESTA REUNIÃO O DEPUTADO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,** a seguir indicado:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO DEPUTADO MUNICIPAL
PS	Rui Manuel Furtado Barros Santos

-----**ENTRADA DE DEPUTADO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante estas informações, entrou na sala a seguinte Deputada da Assembleia Municipal:



Fl. 64v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

GRUPO MUNICIPAL	NOME DA DEPUTADA MUNICIPAL	HORA
PS	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato	20.57

-----MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS QUE ESTIVERAM PRESENTES NA REUNIÃO:

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Júlio José Monteiro Barroso – Presidente
PS	António Marreiros Gonçalves – Vice-Presidente
PS	Jorge Bugalho Serpa – Vereador
PS	Livónia Cristina Cravinho Xavier - Vereadora
PS	Paulo José Lourenço Tovar de Moraes - Vereador
PSD	José Joaquim Pacheco dos Reis - Vereador
PSD	Virgínia Paula V. Marreiros Conceição Silva - Vereadora

-----ATAS DE REUNIÕES ANTERIORES: Dispensada a sua leitura, uma vez que as mesmas tinham sido oportunamente enviadas aos Grupos Municipais e a todos os Deputados da Assembleia Municipal, foram pelo Plenário apreciadas as seguintes atas:

-----Ata nº 5/2013 da 1ª Reunião da Sessão Ordinária de junho de 2013 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 24 de junho de 2013.-----

-----A Ata nº 5/2013 obteve o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDS	CDU	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	14	4	1	1	1	21
ABSTENÇÕES	2	1	0	0	0	3
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0

-----**DELIBERAÇÃO Nº 70/AM/2013:**

-----Aprovada, por maioria, a Ata nº 5/2013 da 1ª Reunião da Sessão Ordinária de junho de 2013 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 24 de junho de 2013.--

-----Ata nº 6/2013 da 2ª Reunião da Sessão Ordinária de junho de 2013 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 2 de julho de 2013.-----

-----A Ata nº 6/2013 obteve o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDS	CDU	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	14	5	1	1	1	22
ABSTENÇÕES	2	0	0	0	0	2
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0

-----**DELIBERAÇÃO Nº 71/AM/2013:**

-----Aprovada, por maioria, a Ata nº 6/2013 da 2ª Reunião da Sessão Ordinária de junho de 2013 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 2 de julho de 2013.-----

-----**PERÍODO DAS INTERVENÇÕES DO PÚBLICO:** O munícipe Sr. Jacinto da



Costa Santos lamentou o facto de estar à beira do fim de mais um Mandato Autárquico e a Câmara Municipal não ter tido a capacidade de dar uma solução às instalações do Clube Artístico Lacobrigense, das quais a Câmara Municipal de Lagos é proprietária, privando assim o cidadãos de terem um salão de baile na sede do Concelho. Lamentou o facto das Freguesias rurais terem um salão para bailes e a sede do Concelho não ter um.-----

-----**ENTRADA DE DEPUTADO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta intervenção, entrou na sala o seguinte Deputado da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO DEPUTADO MUNICIPAL	HORA
PS	Luís Alberto Bandarra dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)	21.03

-----**LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA:** Foi lida a correspondência recebida, registada sob os números 236/2013 a 320/2013, inclusive.-----

-----Seguiu-se a leitura da correspondência expedida, compreendida entre os números 192/2013 a 241/2013, inclusive.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU), em jeito de homenagem aos Bombeiros Portugueses, propôs o cumprimento de um minuto de silêncio em memória dos Bombeiros falecidos na sequência dos incêndios florestais de dois mil e treze.-----

-----Tendo sido aceite o proposto, foi de seguida cumprido um minuto de silêncio em memória dos Bombeiros falecidos na sequência dos incêndios florestais de dois mil e treze.-----

-----O Sr. José Valentim Rosado (PSD) fez a seguinte intervenção: “Senhor Presidente e Membros da Assembleia Municipal. Os nossos cumprimentos a V. Exa., extensivos a todos os presentes nesta Sessão, porventura última do mandato. As circunstâncias o momento e os desafios, presentes e futuros, que o município e suas gentes enfrentam conferem-nos o haver legítimo de expressar a nossa inquietação - na linha do que anteriormente fizemos - a propósito dos impactos das vigentes políticas municipais na comunidade lacobrigense. Naturalmente, não é nosso objetivo efetuar análise exaustiva, mas sim percorrer, com toda a humildade, os anos da governação socialista de esquerda. Começamos então por recordar que os lacobrigenses votaram, esmagadoramente, no Partido Socialista, proporcionando condições únicas de legitimidade e de governabilidade nas Juntas de Freguesia, na Assembleia Municipal e na Câmara Municipal, não podendo, por isso, serem invocadas dificuldades políticas ou bloqueios da oposição à gestão municipal, como desculpas pelo fracasso da governação e dos resultados finais conhecidos. No que a nós, social democratas, diz respeito, pesem embora as limitações e outros condicionalismos reais criados pela maioria “absolutíssima” socialista, com o objetivo de dificultar o normal e regular acompanhamento das atividades sectoriais, houve sempre, da nossa parte, abertura de espírito de colaboração e apoio, mas também denúncias, alertas e críticas relativamente a ações e omissões entendidas como lesivas dos interesses gerais locais, hoje, para mal de todos nós, observáveis e quantificáveis, em excesso. Nesse sentido, fomos dos primeiros a denunciar aquelas



Fl. 65v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

atitudes e, também, a ineficácia das decisões e das prioridades assumidas, pelo executivo municipal, alvitando-se que Lagos caminhava por trilhos errados movendo-se, perigosamente, em direção ao abismo, afastando-se do bom caminho, com gravosas consequências para os lacobrigenses, independentemente das convicções ideológicas de cada um. Face às manifestas preocupações a maioria, que sempre navegara em torno da verdade única, respondera com a habitual surdez, usada como doutrina teomítica, fundada no dogma, conjugada com o despeito e a sobrançeria envoltas num manto de silêncio tático. A estratégia seguida passara, portanto, pela muita animação e entretenimento, uma vez que as receitas anuais atingiam valores nunca antes alcançados. A média ronda os 40 (quarenta) milhões de euros, anuais, multiplicados por 12 (doze) anos, adicionados os compromissos assumidos, mais de 100 (cem) milhões de euros, (de dívida, é claro) mostram que, os atuais gestores municipais, “derreteram” 600 (seiscentos) milhões de euros, mais coisa menos coisa, durante o exercício das suas funções. É obra, indubitavelmente, mas é, também, indesmentível a existência de abundantes recursos financeiros, não sendo a falta destes fundamento para o descalabro atual das finanças municipais, mas, sim, a negligente e populista (in)gestão do partido socialista. Decerto fizestes estas contas e, agora, ao olhades para trás, observais o agigantado e estático paquiderme que ajudastes a criar, pelo que, compreensivelmente, estais inquietos e assustados com “o bicho” e com as dificuldades por ele geradas e arrostandas, que sobrarão, no fundo, para os lacobrigenses alimentar, sustentar e reduzir. Ele é, pois, o fruto da árvore da política irresponsável, da impostura, da indução de expectativas falsas, do fazer obra sem pagar, dos exageros da dívida, feita à custa das gerações vindouras, com a tais engenharias financeiras “mixurucas” e outras “manigâncias”, deixando de ser apenas um problema político, para ser também um problema ético e moral. Neste contexto, justifica-se e parece de bom tom, dever o Partido Socialista dirigir aos lacobrigenses, em geral, aos jovens, em particular, um pedido de desculpas coletivo público, porquanto não tendo aqueles contribuído para a calamitosa situação, que Lagos vive, acabarão por ser, indiscutivelmente, dos mais sacrificados. Na verdade, a realidade traduzível das políticas e ações concretas da atual governação socialista não resistem a simples exercício de reflexão que não as ofusque. Ora vejamos: - serão os atos destruidores de espaços urbanos de valor histórico, paisagístico e ambiental, o abandono das zonas rurais, a má condição higio-sanitária geral (lavagem das ruas, dos contentores, limpeza e remoção dos resíduos sólidos) o desordenamento urbano, os cães vadios, os toxicodependentes, a degradação da zona histórica, a deficiente manutenção e conservação dos espaços públicos verdes (alguns deles de verdes só têm o nome) do património municipal, o desfasamento entre despesa corrente e de capital, o défice orçamental, tidos como práticas de boa gestão e sinais progresso? Ou, pelo contrário, são destroços de um tempo de vendaval, que assolou o município, causador de transtornos vivenciais, ambientais e inestéticos e outros devaneios e excentricidades que todos temos de pagar, com os nossos impostos, por forma a corrigir, reparar e melhorar. Lagos enfrenta, iniludivelmente, perigos vários resultantes de absurdas opções e prioridades políticas censuráveis, patentes em atos de inépcia e burocracias inaceitáveis, com



prejuízos inegáveis para a comunidade local ou seja para todos nós que aqui gostamos de viver. O exemplo da elevada dívida municipal que paga juros, de milhares de euros, aos bancos “capitalistas” que, por si só, bastariam para matar a fome aos mendicantes e, porventura, sobriam ainda uns trocos para apoiar instituições associativas filantrópicas, culturais e desportivas locais com dificuldades financeiras. A realidade local não se apresenta tão idílica como o Partido Socialista a pretende mostrar através de atos laudatórios, tal como a desculpa da crise económica e financeira a que jogaram mão, não pode, “per si”, servir de almofada suficiente para fundamentar os maus resultados da atual gestão municipal. Senhor Presidente e Membros da Assembleia, assistimos, durante a governação P.S. a aspetos maus de mais, mas infelizmente verdadeiros, que não fora possível parar a tempo pela indiferença de muitos e o silêncio de alguns, mas também por interesses e conveniências da maioria, incluso V. Exa. senhor Presidente da Assembleia, na medida em que ignoraram os alertas e apelos aqui produzidos. Torna-se, por isso, imperioso dizê-lo, bem alto, não ouvimos nem vimos ação ou palavra de V. Exa., nem da Mesa, em relação ao penoso arrastamento da atual política levada a efeito pelo Executivo Municipal. Hoje, Lagos vive o presente com apreensão e encara o futuro com perplexidade, uma vez que, todo este conculcado processo desprestigia o poder local democrático, quebra a confiança entre os eleitores e os eleitos, condiciona os princípios da autonomia local, facilita argumentos aos adversários da descentralização administrativa, refletindo-se na limitação de ações tão necessárias ao apoio e promoção do desenvolvimento económico e social local. Por tudo isto, é espantoso ouvir o evoé produzido em torno do alegado progresso local, epicamente celebrado em ato oficial recente, que nos faz recuar ao tempo em que Almeida Garrett escrevia: “foge cão, que te fazem barão! Para onde, se me fazem visconde”. Por fim, alegra-nos o facto de nos aproximarmos de um novo tempo e, com ele chegar o momento de içar novas velas, na busca de novos rumos, na direção de uma nova era de prosperidade. Os lacobrigenses, afinal, perceberam a ilusória realidade, destes anos, vivida sob o manto da governação socialista. Aliás, muitos dos que antes se mostraram apoiantes incondicionais da política do regabofe despesista, enfatizada como cultura da solidariedade, são agora críticos e opositores ferozes desses tempos. Saúda-se a mudança, um pouco serôdia, mas mudar de opinião é bom, é sinal de sabedoria, de liberdade e de vitalidade. Caso tivessem ousado antes, hoje, seguramente, não estaríamos a viver este pesadelo. Que venham, e sejam portadores de algo produtivo que frutifique “o nosso estar em conjunto”, campo de cultivo das atividades municipais; que excluam a insuportável postura de arrogância parceira, dizem, da ignorância, das verdades absolutas dos que nunca têm dúvidas; que nos espaços e nos lugares certos em particular - os do pensamento e da discussão livre - voltem o debate e criação de ideias que potenciem, incitem, despertem e convidem ao usufruto do diálogo democrático, na busca consensual das melhores soluções, em matérias sensíveis e relevantes quanto ao interesse municipal, e, promovendo o que é mais importante: confiança e fé no futuro para os lacobrigenses terem, de novo, motivos para voltar a sorrir. Muito obrigado, pela atenção dispensada.”-----



Fl. 66v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

-----**ENTRADA DE DEPUTADO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta intervenção, entrou na sala o seguinte Deputado da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO DEPUTADO MUNICIPAL	HORA
PS	José de Jesus Figueiras Gomes (Presidente da Junta de Freguesia de Barão de S. João)	21.07

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) informou que por se tratar da última Sessão da Assembleia Municipal do presente mandato autárquico e por se estar num período de pré-campanha, a CDU entendeu não enviar documentos para serem apreciados no Período Antes da Ordem do Dia.-----

-----**APROVAÇÃO DA ORDEM DO DIA:**

-----Não tendo sido alvo de qualquer intervenção, foi colocada à votação a Ordem do Dia para a presente Sessão da Assembleia Municipal.-----

-----**DELIBERAÇÃO Nº 72/AM/2013:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Ordem do Dia para esta Sessão da Assembleia Municipal.-----

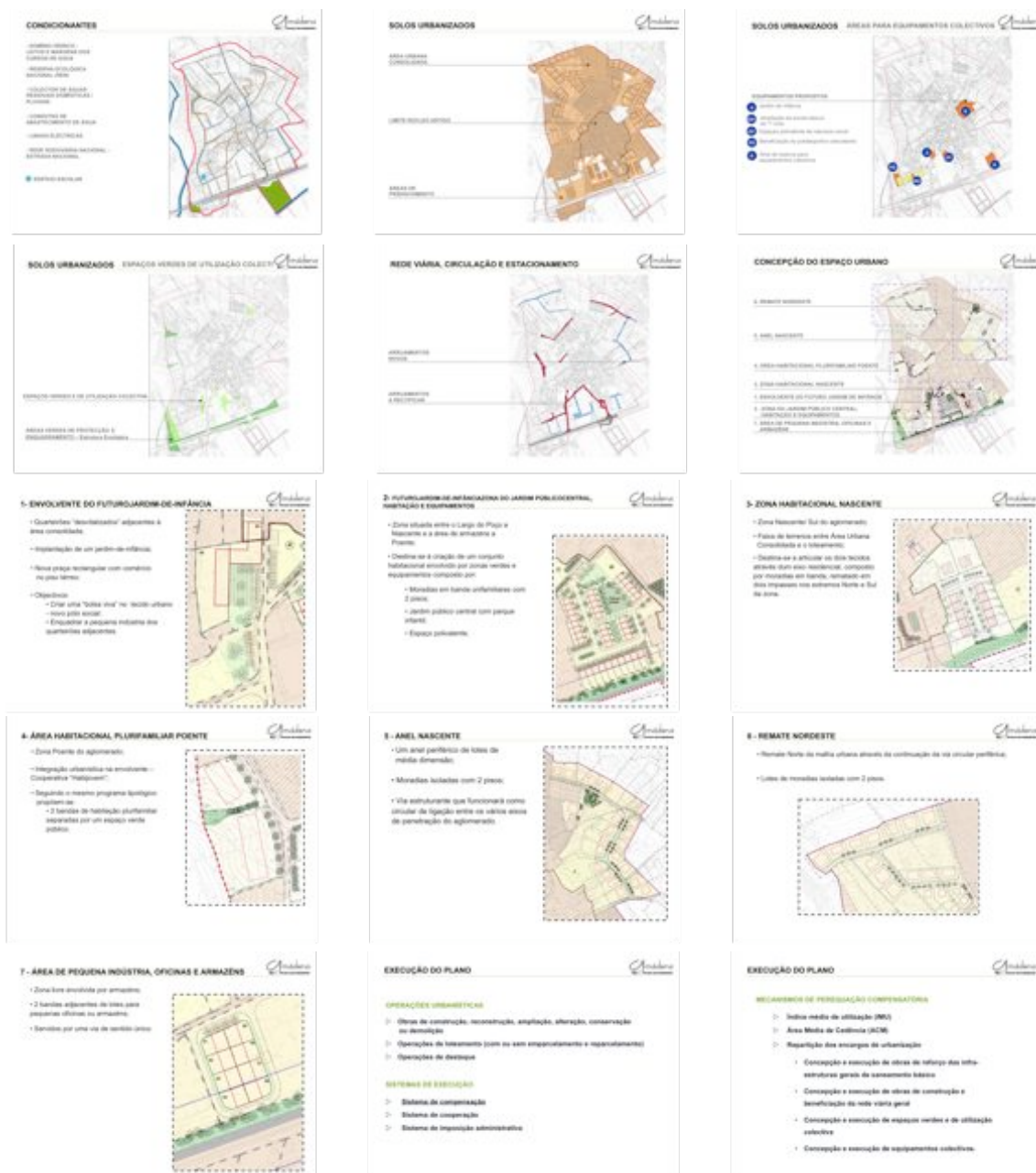
-----**PONTO 1 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DO PLANO DE PORMENOR DE ALMÁDENA:** Foi dispensada a leitura da documentação para este ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e aos Deputados Municipais da Assembleia, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob os números D - 529-11.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, começou por dizer, referindo-se à intervenção do Sr. José Valentim Rosado, que o discurso do mesmo tinha sido muito vago e muito vazio de qualquer espécie de conteúdo, não tendo havido uma única ação, uma única nota, sobre um qualquer ato municipal, mas houve muito palavreado em torno do vazio. Seguidamente fez a respetiva introdução ao assunto do Ponto 1 da Ordem do Dia e apresentou a equipa que elaborou o Plano.-----

-----Seguidamente teve lugar a apresentação do Plano de Pormenor de Almadena, por parte da empresa que o elaborou – OA – Oficina de Arquitetura, tendo representado a empresa a Sra. Arq^a Mónica Garcia, estando presentes ainda o Sr. Eng. Silva e a Sra. Dra. Ana Marreiros, por parte da equipa técnica da Câmara Municipal que acompanhou todo este processo.-----

-----Esta apresentação, em powerpoint, por parte da Sra. Arq^a Mónica Garcia em representação da OA – Oficina de Arquitetura, é composta pelos seguintes diapositivos:





-----O Sr. Pedro Santa Rita (PS) (Presidente da Junta de Freguesia da Luz) congratulou-se por este Plano de Pormenor já estar pronto. Disse esperar que o Plano de Urbanização da Luz seja concluído já no próximo Mandato Autárquico e deixou o desejo de que as condições locais, nacionais e internacionais se vão modificando, para melhor, nos próximos tempos, de modo a que os objetivos do Plano sejam cumpridos.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que Lagos pode ter muitos Planos de ordenamento do seu território, mas Lagos é conhecido por ser o único Município do País que não tem Plano Diretor Municipal (PDM) aprovado. Referiu que a elaboração de alguns Planos de ordenamento do território lacobrigense têm passado



Fl. 67v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

pelas mãos de mais do que um Presidente de Câmara, por vários Governos, vários Secretários de Estado, vários Presidentes de CCDDR's e não se compreende como um Plano leva dez, doze, quinze anos a ser elaborado. Solicitou esclarecimento sobre o Artº 14º do Regulamento, que está relacionado com a escola e sobre o Artº 25º relacionado com as passagens de peões.-----

-----A Sra. Manuela Goes (BE) perguntou se tinha havido alguma preocupação com o conjunto do edificado pré-existente.-----

-----O Sr. José Valentim Rosado (PSD) disse que Almádena é uma povoação que fica perto da praia de Burgau e da praia da Luz, mas é uma povoação rural e não encontr, provavelmente por lapso seu, nenhum projeto na área do turismo, de modo a promover o desenvolvimento desejável da povoação e para que Almádena não seja apenas um dormitório de Lagos. Referiu que os índices demográficos estão a baixar e a população está a envelhecer, pelo que é necessário o Município fazer um esforço, a curto prazo, no sentido de revitalizar as povoações com o objetivo de fixar pessoas. Disse que este, assim como outros Planos, já leva quinze anos de elaboração, acrescentando, ironicamente, que isto é o testemunho do grau de dinamismo e de empenhamento que se tem verificado, por parte do atual Executivo Camarário, que já leva doze anos de governação municipal.-----

-----A Sra. Filomena Sena (CDS) congratulou-se com o facto do Plano ter o cuidado de proteger acusticamente a zona de edificação e não permitir a construção a menos de trinta e cinco metros da estrada nacional cento e vinte e cinco. Solicitou informação sobre a calçada de vidraça que está prevista para vários locais. Perguntou se havia alguma proposta para a reabilitação da edificação existente.-----

-----A Sra. Arqª. Mónica Garcia disse que o Plano prevê a ampliação da escola existente, em caso de necessidade. Esclareceu que o Plano prevê que as passeadeiras para peões sejam o prolongamento dos percursos pedonais, ou seja, que as passeadeiras possam ser elevadas permitindo maior conforto ao peão. Disse que em Almádena não está identificado património que exija proteção definida pela legislação e por isso o Plano prevê que nas intervenções sejam utilizadas a mesma linguagem procurando não criar demasiadas restrições que possam vir a condicionar a reabilitação, tentando incentivar assim a reabilitação do edificado existente. Referiu que a calçada de vidraça é a calçada portuguesa, mas são admitidas outras soluções que a Câmara Municipal considere adequadas.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que a explicação dada para as passeadeiras de peões é a defendida pela CDU há muitos anos e esta solução deve ser aplicada em todo o Concelho, uma vez que privilegia o peão em relação ao automobilista. Sobre o alargamento da escola disse ter ficado sem perceber o alargamento da escola uma vez que a mesma está fechada há vários anos, tendo sido cedida em junho deste ano a um Agrupamento de Escutas.-----

-----A Sra. Manuela Goes (BE), em relação ao Plano em apreciação disse que o BE tinha encontrado, como “pontos fracos”, uma urbanização excessiva das áreas vazias, aumentando bastante, a densidade urbana da povoação. Constata a falta de área verde substancial, substituída por fragmentos claramente subsidiários das áreas a construir ou a consolidar; alguma ausência de preocupação com a reabilitação do



conjunto do edificado pré-existente; aproximação da povoação à EN 125. Como “pontos fortes” disse ver o investimento no núcleo urbano consolidado; criação e melhoria de equipamentos públicos; melhoramento de vias internas; regulamentação construtiva para o casco tradicional, ainda que deficiente. Terminou dizendo que tudo isto está na base do voto do BE.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lagos, Júlio Barroso, começou por agradecer à Equipa que elaborou o Plano ao longo dos quinze anos que o mesmo levou a ser elaborado. Disse partilhar toda a crítica e indignação demonstrada pelo Sr. José Manuel Freire, uma vez que não é aceitável que se leve tantos anos a fazer um Plano, mas a verdade é que as condições impostas pela legislação e pelas pessoas que lideram uma série de processos de “opinação”, emissão de pareceres, emissão de aval para a continuidade dos processos, continua a fazer com que a elaboração de um Plano seja muito demorada. Em termos de responsabilidade do Executivo disse que o mesmo assume toda a responsabilidade, apesar desta ser, neste caso, nula. Referiu que todos trabalharam bem, Executivo, equipa interna e externa. Elogiou o Dr. Nuno Marques, ex-vereador da oposição na Câmara Municipal de Lagos e agora vice-presidente da CCDR Algarve, uma vez que tem feito de tudo para que Lagos volte a ter PDM, mas mesmo assim não tem conseguido ultrapassar os problemas que o Poder Central introduz constantemente. Deixou o seu lamento por Lagos não ter PDM e disse que Lagos não é conhecido por não ter PDM, mas sim por muitas coisas boas que trazem a Lagos muitas pessoas ao longo do ano, apesar de haver sempre quem queira fazer publicidade negativa do Concelho. Ainda sobre o PDM disse que o mesmo tinha caído no “colo” da Câmara Municipal em dois mil e dois quando o mesmo estava revogado desde mil novecentos e noventa e seis. Aliás, desde mil novecentos e noventa e quatro quando o PDM foi aprovado à segunda volta, já se sabia, por parte do banco que impugnou o Plano, que o mesmo não iria avançar, pois faltou a segunda discussão pública, ou seja, desde noventa e quatro, noventa e cinco, que todos sabiam da morte anunciada do PDM e desde aí até dois mil e dois não tinha sido dado um único passo no sentido de resolver o problema, sendo que nessa altura tinha sido fácil resolvê-lo, dado que bastava ter sido feita uma segunda discussão pública sobre o PDM e evitava-se tudo o que veio a acontecer com o PDM. Reforçou que o Plano de Pormenor de Almádena apresentado é o possível. Informou que o Plano de Urbanização da Luz vai avançar. Subscreeu os votos deixados pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Luz. Disse que este Plano organiza e ordena a edificação já existente e indica os equipamentos que por lei têm que existir em Planos desta natureza. Referiu que a escola não está a funcionar, mas no prazo que dura o Plano, pode ter que voltar a funcionar. Considera um Plano equilibrado e não vai haver espaço para um grande alargamento do perímetro urbano.-----

-----O Sr. José Valentim Rosado (PSD) disse que o PSD regista com muito apreço e elevada honra os elogios que o Sr. Presidente da Câmara fez a um Membro do PSD, Dr. Nuno Marques, lamentando que o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lagos não tenha dado a correspondente atenção no momento em que o mesmo era Vereador da Câmara Municipal de Lagos e onde propôs, quer ele quer o PSD na



Fl. 68v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Assembleia Municipal, outras soluções/prioridades para o PDM, que sempre foram rejeitadas pelos consecutivos Executivos socialistas. Nos últimos doze anos sempre culpou o PSD e conotou o anterior executivo PSD como indivíduos que não tiveram a capacidade suficiente para responder aos desafios da altura; considerou esta atitude deslegante e uma falsa questão, uma vez que o Sr. Presidente da Câmara e o Executivo recusaram constantemente as propostas do PSD, depois do PDM ter sido anulado. Disse ainda que enquanto um social democrata lutou pela defesa dos interesses do Concelho e não se sujeitou à força de um Banco, contestando todas as decisões dos Tribunais, elevando a defesa do seu projeto de desenvolvimento para a Meia Praia, até às últimas consequências, o Sr. Presidente da Câmara, Dr. Júlio Barroso, cedeu de mão beijada; o PSD defendeu o seu projeto para a Meia Praia, até às últimas consequências e não ficou subjugado aos interesses do grande capital que estava na altura no Banco.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lagos, Júlio Barroso, disse que o PSD nunca apresentou uma solução alternativa, nem nunca apresentou outras prioridades, em relação ao PDM, uma vez que o que o PSD disse em fevereiro de dois mil e dois foi que em vez de se seguir para a retoma do PDM, coisa que teria sido fácil se o Sr. José Valentim Rosado, enquanto Presidente da Câmara Municipal não tivesse enviado para o Tribunal Constitucional, se avançasse para um PDM novo. Anunciou que o PDM está praticamente pronto, só o Governo pode “empatar” o mesmo se criar, como vão ser criadas, novas leis e que as mesmas tenham que ser aplicadas ao que está já feito.-----

-----Posto isto passou-se à votação da **PROPOSTA DO PLANO DE PORMENOR DE ALMÁDENA**.-----

-----**DELIBERAÇÃO Nº 73/AM/2013:**

-----Apreciada a Proposta do Plano de Pormenor de Almádena, foi deliberado, por unanimidade, nos termos do nº 1 do artº 79º do Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de setembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 46/2009, de 20 de fevereiro, **aprovar** o Plano de Pormenor de Almádena, conforme proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos, aprovada na sua Reunião Pública Ordinária realizada no dia 21 de agosto de 2013.-----

-----Declaração de Voto efetuada pelo Sr. Nuno Serafim (PSD): “O PSD votou favoravelmente o Plano de Pormenor de Almádena no sentido e na expectativa de que o Plano seja, efetivamente, um veículo de prosperidade para as pessoas que vivem em Almádena, para aquela comunidade e para aquele território.”.-----

-----**INTERRUPÇÃO DA REUNIÃO:** Neste momento, eram 22 horas e 25 minutos, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), declarou interrompidos os trabalhos da Reunião para um breve intervalo, tendo os mesmos sido retomados às 22 horas e 44 minutos.-----

-----**PONTO 2 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DOS ARTIGOS 4º, 6º E 8º DO REGULAMENTO MUNICIPAL DAS COMPENSAÇÕES DEVIDAS PELA PEREQUAÇÃO COMPENSATÓRIA E FUNDO DE COMPENSAÇÃO DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DA MEIA PRAIA:** Foi dispensada a leitura da documentação para este ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente



enviada aos Grupos Municipais e aos Deputados Municipais da Assembleia, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob os números D - 529-12.--

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, fez a respetiva introdução ao assunto.-----

-----Não tendo sido alvo de qualquer intervenção, passou-se à votação da **PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DOS ARTIGOS 4º, 6º E 8º DO REGULAMENTO MUNICIPAL DAS COMPENSAÇÕES DEVIDAS PELA PEREQUAÇÃO COMPENSATÓRIA E FUNDO DE COMPENSAÇÃO DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DA MEIA PRAIA**, tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDS	CDU	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	18	0	1	0	0	19
ABSTENÇÕES	0	5	0	0	0	5
VOTOS CONTRA	0	0	0	1	1	2

-----**DELIBERAÇÃO Nº 74/AM/2013:**

-----**Aprovadas**, por maioria, as seguintes de alteração aos artigos: 4º, 6º e 8º do Regulamento Municipal das Compensações Devidas pela Perequação Compensatória e Fundo de Compensação do Plano de Urbanização da Meia Praia, nos termos consignados na alínea a) do nº 2 do Artigo 53º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 5-A/2002, de 11 de janeiro e 67/2007, de 31 de dezembro e conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 21 de agosto de 2013:-----

-----Artigo 4º - 1 - (...); 2 - Será celebrado um contrato de urbanização entre os proprietários, individualmente ou devidamente representados por associações de proprietários da UOPG em referencia ou pessoas coletivas com legitimidade para o efeito e a Entidade Gestora do Plano, onde serão definidos: a) O montante a pagar por cada proprietário, de acordo com o montante estimado para a respetiva UOPG, respetivo regime de pagamentos e sistema de atualização de custos; b) (...); c) O sistema de pagamento em espécie, se tal for aplicável, de acordo com o conteúdo do Estudo Prévio nas partes aplicáveis; d) Outras disposições acordadas entre as partes. 3 - O montante a pagar por cada proprietário para suporte do valor a assumir será calculado nos termos previstos nos números 1 e 2 do artigo 142º do Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de setembro, na sua redação atual. 4 - (...). 5 - O montante total dos custos gerias de urbanização é atualizado periodicamente, em função da aprovação dos instrumentos de gestão territorial referidos no artigo 5º, nº 1 para as UOPG do PUMP, da conta final das empreitadas e da taxa de inflação verificada no período entre revisões e é publicado nos termos previsto no número anterior. 6 - (...).-----

-----Artigo 6º - 1 - (...). 2 - (...). 3 - (...). 4 - A compensação a efetuar pelo proprietário que cede menos do que a média é feita em numerário ou em espécie, de acordo com as regras previstas no Regulamento do Plano de Pormenor ou do Regulamento da operação de reparcelamento da UOPG respetiva ou supletivamente nos termos previstos no Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação, Taxas e Compensações Urbanísticas do Município de Lagos, com as devidas adaptações. 5 -



Fl. 69v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

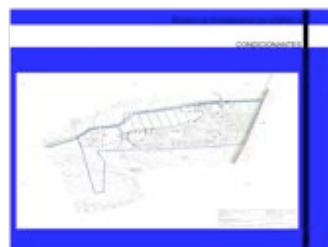
(...). 6 - (...). 7 - (...).-----
----Artigo 8º - 1 - (...). 2 - Cada proprietário pagará a correspondente parcela de redistribuição de encargos que lhe couber, relativamente aos custos gerais de urbanização, de acordo com o estabelecido no contrato de urbanização a celebrar com a Entidade Gestora do Plano, respeitando as seguintes regras: a) Os proprietários serão notificados para procederem ao pagamento devido no momento em que forem lançados os concursos relativos a investimentos que lhe estejam ligados ou nos termos definidos no contrato de urbanização; b) (...); c) (...); d) (...); e) (...); f) (...). 3 - (...). 4 - (...).-----

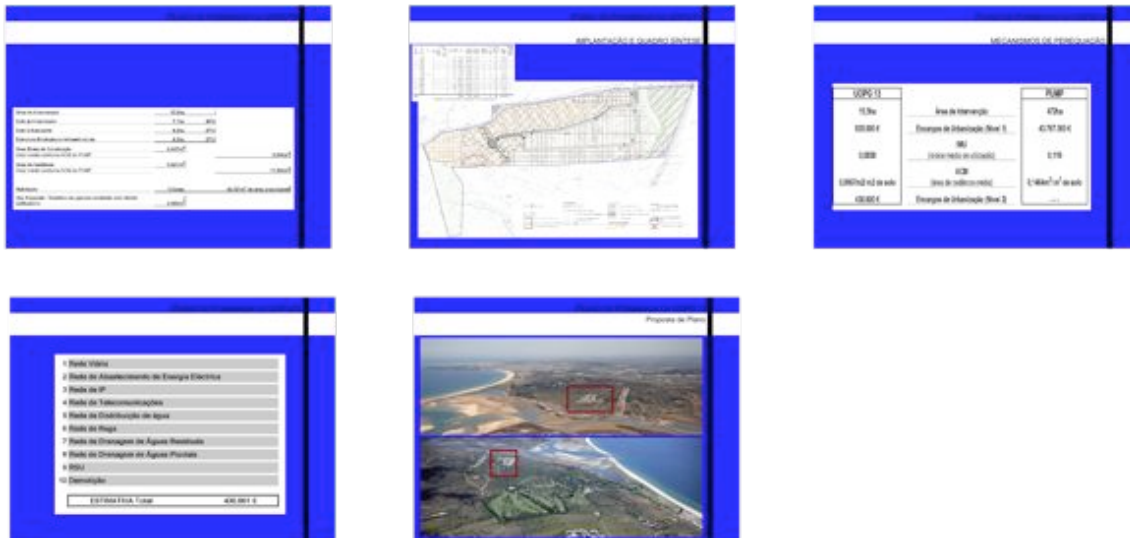
-----Declaração de Voto efetuada pela Sra. Manuela Goes (BE): “O voto contra do BE prende-se com o facto da Futurlagos ter sido designada como entidade gestora do Plano, por contrato-programa aprovado pela Câmara Municipal em março de 2008 e pela Assembleia Municipal também nesse mesmo ano, situação da qual discordamos por todos os motivos já expressos nesta Assembleia relativamente à atribuição de poderes às empresas municipais por parte do Município.”-----

-----**PONTO 3 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DO PLANO DE PORMENOR PARA A UOPG 13 DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DA MEIA PRAIA:**
Foi dispensada a leitura da documentação para este ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e aos Deputados Municipais da Assembleia, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob os números D - 529-13.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, fez a respetiva introdução a este assunto e apresentou a equipa que elaborou o Plano.-----
Seguidamente teve lugar a apresentação do Plano de Pormenor para a UOPG 13 do Plano de Urbanização da Meia Praia, por parte da empresa que o elaborou – António Marques – Arquitetura e Planeamento, Lda., tendo representado a empresa o Sr. Arq. António Marques, estando presentes ainda o Sr. Eng. Silva e a Sra. Dra. Ana Marreiros, por parte da equipa técnica da Câmara Municipal que acompanhou todo este processo.-----

-----Esta apresentação, em powerpoint, por parte do Sr. Arq. António Marques em representação da António Marques – Arquitetura e Planeamento, Lda., é composta pelos seguintes diapositivos:





-----A Sra. Manuela Goes (BE) perguntou se vai existir mais urbanização e, provavelmente, mais um hotel na Meia Praia. Informou que aquando da aprovação do Plano de Urbanização da Meia Praia pela Assembleia Municipal, o BE não estava representado neste Órgão e se estivesse teria votado contra.-----

-----O Sr. José Valentim Rosado (PSD) disse que, sem prejuízo da informação prestada, estava na presença de uma proposta que vem para apreciação da Assembleia Municipal e realçou que quem vota tem que estar consciente daquilo que decide, pelo que não poderá subsistir na mente de quem vota, qualquer mínima dúvida e no momento não se sente em condições de votar o documento porque tem dúvidas relativamente ao método, à filosofia, aos conceitos. Admitiu que as suas dúvidas podem surgir do algum distanciamento relativamente ao acompanhamento do processo, mas recordou que a Assembleia Municipal criou no início do mandato diversas Comissões, sendo uma delas específica para acompanhar estes assuntos, pelo que gostaria de ver um parecer da Comissão sobre este assunto e se esse parecer tivesse sido feito, provavelmente, não teria as dúvidas que se lhe ocorrem.---

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que nunca as Comissões da Assembleia Municipal elaboraram pareceres. Referiu que esta UOPG foi a primeira a vir à Assembleia Municipal, pelo que perguntou se havia mais alguma em condições de ser remetida para a Assembleia. Informou que o voto da CDU vai ser contra porque desde o início que a CDU é contra o Plano de Urbanização da Meia Praia. Opinou que já era tempo de começar a ser tratada a revisão do Plano de Urbanização da Meia Praia.-----

-----A Sra. Manuela Goes (BE) anunciou o voto contra do BE na votação deste assunto porque está contra o que está a ser feito na Meia Praia. Destaca uma urbanização nos limites da zona de proteção da Ria de Alvor, com mais de uma dezena de lotes; densificação humana e muitas vias urbanas, etc. a falta de proteção às áreas sensíveis e de paisagens naturais relevantes, como o documento reconhece ao valorizar as vistas; consolidação e agravamento de um erro urbanístico anterior; conceção casuística da organização do território com a criação de pólos urbanos



Fl. 70v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

disseminados pelo território, desconectados das áreas urbanas consolidadas e criadores de pressões sobre a REN, a RAN e áreas naturais de elevado valor e a despromoção do Concelho de Lagos a nível turístico pelo continuado assalto às suas belezas naturais, que nenhuma vontade autárquica parece travar, bem pelo contrário.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD), uma vez que existe uma série de opiniões sobre este assunto e dúvidas, propôs que o assunto baixasse à Comissão Permanente, para melhor análise do mesmo.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lagos, Júlio Barroso, disse que depois da Assembleia Municipal ter aprovado o Plano de Urbanização da Meia Praia, o repetir problemas de consciência e dúvidas metafísicas, com reconhecimento explícito da falta de trabalho de casa, não passava de uma diversão. Referiu que os donos dos terrenos da Meia Praia têm perspetiva e é importante saber-se que há interessados em querer desenvolver a Meia Praia, uma vez que é uma área turística de excelência e esteve à beira de ter um Plano que permitia entre trinta e cinco mil a quarenta mil habitantes e o que está aprovado é um Plano que contempla treze mil habitantes. Disse que já estão construídos equipamentos na Meia Praia, no seguimento do Plano de Urbanização, do melhor a nível nacional e internacional. Referiu não ver necessidade de rever, para já, O Plano de Urbanização da Meia Praia. Sobre este Plano de Pormenor disse que não é o mais problemático em termos de construção uma vez que a mesma é muito contida para o espaço em si. Informou que outras UOPG's estão a ser desenvolvidas, com muita qualidade e geradores de emprego e riqueza para o Concelho. Disse que o Plano da Meia Praia deve ser dos poucos no País que tem uma dupla proteção à zona natural da Ria de Alvor. Concluiu que as dúvidas existentes são a nível político e se as há que sejam colocadas, uma vez que o Executivo não tem nenhum dinheiro empatado em nenhum Plano, só têm dinheiro empatado no desenvolvimento do Município e é isso que trazem à Assembleia Municipal há doze anos.-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) disse não concordar com a proposta do PSD, em primeiro porque a próxima reunião da Comissão Permanente irá ser já no próximo Mandato Autárquico e o PS apoiou o Plano de Urbanização da Meia Praia e o que está em discussão é a concretização de uma UOPG que faz parte do Plano. Referiu que este Plano vai dar uma qualidade à zona em questão.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que enquanto eleitos locais cabe-lhes defender os interesses das populações, não cabe defender os interesses dos investidores. Referiu que o Plano da Meia Praia não pertence aos investidores mas sim à população de Lagos. Disse que o Plano da Meia Praia levanta muitas dúvidas ao PSD e este Plano de Pormenor de uma UOPG, como é o primeiro a vir à Assembleia Municipal, deveria ser apreciado de uma maneira mais concreta que uma reunião da Assembleia Municipal não o permite.-----

-----A Sra. Filomena Sena (CDS) disse que o mal da Meia Praia já vem de há muitos anos a esta parte e não só deste Executivo socialista. Referiu que a Meia Praia é uma baía lindíssima que foi, na sua opinião, muito mal tratada, uma vez que a



dessincronia de algumas construções deram cabo da Meia Praia; apesar das últimas construções terem retificado alguns erros as mesmas não chegam para tapar o mal que foi feito. Disse que o que está previsto neste Plano de Pormenor não contribui para estragar a Meia Praia, pena foi não ter havido alguém que se tenha lembrado de fazer na Meia Praia, quando esta começou a ser urbanizada, uma avenida para a transformar numa Copacabana, numa baía de Luanda ou mesmo uma Cancun.-----

-----A Sra. Manuela Goes (BE) disse que não podia estar de acordo com o conceito de desenvolvimento do Sr. Presidente da Câmara Municipal, uma vez que este chama desenvolvimento a construções em cima das dunas como acontece nos Palmares. Perguntou o que é que o Sr. Presidente da Câmara Municipal chama de má qualidade na Meia Praia. Disse que as Comissões da Assembleia Municipal não têm reunido.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) declarou que também não tinha nenhum dinheiro empatado na Meia Praia e que não comungava do que o Sr. Presidente da Câmara Municipal diz em relação ao desenvolvimento da Meia Praia, sendo que a CDU, em todos os Planos, apresenta a sua opinião e a sua posição em relação aos mesmos na audição pública de cada Plano e a solução encontrada para a Meia Praia, na opinião da CDU, não é a melhor. Referiu que a Meia Praia não pode estar à margem do resto da cidade.-----

-----O Sr. Luís Bandarra (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere) disse que esta UOPG se situa na Freguesia de Odiáxere. Referiu que com as novas acessibilidades previstas no Plano de Pormenor, Odiáxere fica praticamente esquecido, porque a estrada que vai ligar Odiáxere à futura urbanização prevista no Plano fica como estrada secundária sem condições, pelo que perguntou se as acessibilidades a Odiáxere vão ou não ser melhoradas. Referiu ainda que com o que está a ser feito na Meia Praia, praticamente que desapareceram as indicações para Odiáxere. Disse que se o Ministério do Ambiente um dia se lembrar a deitar abaixo o pontão da ria de Alvor, então Odiáxere fica sem acesso à Meia Praia e fica uma praia particular do Grupo Palmares.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lagos, Júlio Barroso, disse as que afirmações de que estão a ser feitas construções em cima das dunas são absurdas, incongruentes e falsas, uma vez que o Plano da Meia Praia defende, fervorosamente, a proteção das dunas. Referiu que as acessibilidades a Odiáxere só não se concretizam porque o atual Governo da Nação está a chumbar a circular sul de Odiáxere.-----

-----Posto isto passou-se à votação da **PROPOSTA DO PLANO DE PORMENOR PARA A UOPG 13 DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DA MEIA PRAIA**, tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDS	CDU	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	18	0	1	0	0	19
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	5	0	1	1	7

-----**DELIBERAÇÃO Nº 75/AM/2013:**



Fl. 71v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

-----Apreciada a Proposta do Plano de Pormenor para a UOPG 13 do Plano de Urbanização da Meia Praia, foi deliberado, por maioria, nos termos do nº 1 do artº 79º do Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de setembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 46/2009, de 20 de fevereiro, **aprovar** o Plano de Pormenor para a UOPG 13 do Plano de Urbanização da Meia Praia, conforme proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos, aprovada na sua Reunião Pública Ordinária realizada no dia 21 de agosto de 2013.-----

-----**PONTO 4 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO POR TEMPO INDETERMINADO NA CARREIRA E CATEGORIA DE ASSISTENTE OPERACIONAL (TELEFONISTA):** Foi dispensada a leitura da documentação para este ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e aos Deputados Municipais da Assembleia, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob os números D - 529-14.--

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, fez a respetiva introdução ao assunto.-----

-----Não tendo sido alvo de qualquer intervenção, passou-se à votação da **PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO POR TEMPO INDETERMINADO NA CARREIRA E CATEGORIA DE ASSISTENTE OPERACIONAL (TELEFONISTA).**-----

-----**DELIBERAÇÃO Nº 76/AM/2011:**

-----**Deliberado**, por unanimidade: a) aprovar a alteração do mapa de pessoal, nos termos previstos na alínea a) do nº 2 do artigo 3º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro e b) aprovar a abertura de procedimento concursal para constituição de relação jurídica de emprego por tempo indeterminado na carreira e categoria de Assistente Operacional (Telefonista), nos termos do n.º 2 do artigo 66.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro. Tudo isto conforme proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos, aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 3 de julho de 2013.-----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA:** De seguida foi aprovada, por unanimidade, a minuta de todas as deliberações tomadas pela Assembleia Municipal no decurso da presente Reunião.-----

-----**FORMA DE VOTAÇÃO NAS DELIBERAÇÕES TOMADAS:** Em todas as deliberações tomadas no decorrer da presente Reunião, foi utilizada a forma de votação por braço levantado e por Grupo Municipal representado na Assembleia.----

-----**ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** Assim o Sr. Presidente da Mesa, após consulta à Assembleia, declarou interrompida a Sessão, para continuação no dia 16 de setembro de 2013, às 20 horas e 30 minutos, hora regimental, no Salão Nobre do Edifício dos Antigos Paços do Concelho, no Ponto 5 da Ordem do Dia, tendo, eram 23 horas e 59 minutos, declarado encerrada esta Reunião.-----

-----Da qual, para constar, foi extraída a presente Ata que eu,.....

.....,
Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal de Lagos, mandei lavrar,



subscrevi e assino juntamente com o seu Presidente, Sr. Paulo José Dias Morgado.---

.....

.....

.....